

O MERCOSUL E AS HIDROVIAS DO CONE SUL

WILEN MANTELI
Diretor da Hidrovias-RS



Um caminho, difícil mas possível, para o desenvolvimento econômico dos países do Cone Sul, especialmente Brasil, Uruguai, Argentina e Bolívia, passa, inexoravelmente, por um acordo que promova a livre circulação de bens, serviços, capital e pessoas, com mitigação dos tributos, tarifas e barreiras alfandegárias.

Em recente evento sobre a “Comemoração dos 60 anos do relançamento da navegação da Hidrovia da Lagoa Mirim-Lagoa dos Patos”, realizado pelo governo do Uruguai, o presidente da Farsul, Gedeão Pereira, disse que no território do Cone Sul existem áreas de importância para o Brasil e seus vizinhos, as quais poderão ampliar o plantio para atendimento dos mercados interno e externo.

Para aproveitar esse território e tornar o Mercosul um bloco forte com condições de promover o progresso dos países e ter uma maior inserção no comércio internacional, esse caminho, segundo o dirigente, passa pelo campo diplomático. É no fórum do Mercosul que seus fundadores deveriam superar as tradicionais diferenças e adotar as medidas necessárias para promover o desenvolvimento econômico e social dos seus respectivos países.

Além de solos aproveitáveis, a região conta também com três grandes bacias hidrográficas – do Atlântico Sul, do Uruguai e do Rio da Prata. Esta última é a segunda maior do Brasil. A primeira é a bacia Amazônica, a maior do mundo. A bacia do Prata é constituída pelos rios Paraná, Paraguai e Uruguai, que desaguam no Oceano Atlântico. O seu sistema fluvial desenvolve-se numa área estimada de 3,1 milhões de quilômetros quadrados, cabendo ao Brasil 1,4 milhão de quilômetros quadrados.

Quanto à navegabilidade entre as lagoas dos Patos e a Mirim parece estar saindo do papel. O Uruguai pressionando com vistas às vantagens do porto de Rio Grande, enquanto o Brasil já respondeu positivamente com a publicação de decreto que permite a concessão daquela hidrovia. A competência para negociar os acordos internacionais é da União. Mesmo assim, o Rio Grande do Sul tem que acompanhar as negociações, pois se os resultados desse empreendimento interessam ao Brasil, serão muito mais importantes para os gaúchos.

A competência para negociar os acordos internacionais é da União